XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

TERRITÓRIO, TURISMO E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MARAÚ-BA

Kamile Ferreira Araújo[1]
kamilearaujo@gmail.com;
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.

Andressa de Sousa S. Ferreira[2]
andressa.ferreiras@hotmail.com;
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.

Helena Maria de O. Martins
helenammartins@yahoo.com.br;
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.

Zina Angelica C. Benavides
zcb99@yahoo.com;
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.

Aniram Lins Cavalcante
anyranlyns@yahoo.com.br;
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.

[1] Bolsista CAPES.
[2] Bolsista CAPES.

RESUMO

A análise territorial, em âmbito econômico e sociológico, tem dado suporte à consolidação de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local, tomando por base o espaço e as relações sociais. São atribuídos ao território valores, associados às suas peculiaridades e articulação entre os atores, que passam a direcionar as políticas de desenvolvimento, levando em conta o dinamismo local. No município de Maraú, localizado no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, Brasil, a paisagem característica do espaço exerce forte influência sobre a economia local, que tem o turismo como atividade motora. Dessa forma, o presente artigo se propõe a investigar as relações entre turismo e território, buscando identificar os impactos decorrentes dessa atividade sobre a reconfiguração socioeconômica e ambiental do município de Maraú-BA. Para tanto, utilizou-se como embasamento teorias de Território, noções gerais e a definição do turismo como um valor econômico territorial, e de Desenvolvimento Local, relacionando o turismo ao desenvolvimento, buscando compreender resultados que essa dualidade promove e a conceituação que melhor descreve a atividade no contexto em foco. Adotou-se o método de pesquisa exploratória e coleta de dados por meio de pesquisa documental e de campo, realização de entrevistas semiestruturadas e pesquisa ação. A análise do material coletado considerou variáveis referentes às dimensões de infraestrutura e urbanização, economia, educação e aspectos sociais. Os resultados apontaram forte precariedade infraestrutural, revelada pelo descarte inadequado do lixo, ausência de saneamento básico e dificuldades de acesso rodoviário. Identificou-se em âmbito econômico um nível de renda relativamente baixo, decorrente de falhas educacionais como o elevado número de analfabetos em idade laboral e a ausência de qualificação profissional. A desigualdade social é latente no município, bem como as limitações de oferta e acesso a serviços públicos elementares. Na esfera ambiental, preocupa o descontrole de uso da terra e a negligência de nativos e turistas em relação aos recursos naturais da Península, por sua vez, inserida em uma Área de Preservação Ambiental (APA). Por fim, considera-se que na ausência de um planejamento adequado, a atividade turística pode acarretar transformações desfavoráveis no território, desde mudanças nos padrões comportamentais e modo de vida à impactos no meio ambiente. Diante desse quadro, fica evidente a necessidade de uma gestão territorial sustentável, de modo a direcionar os investimentos e ações públicas de modo a disseminar os efeitos das potencialidades turísticas como um instrumento de desenvolvimento local.

ABSTRACT

The territorial analysis, in the economic and sociological sphere, has supported the consolidation of actions aimed at promoting local development, based on space and social relations. Values, associated to their peculiarities and articulation among the actors, are assigned to the territory, which are then directed towards development policies, taking into

account local dynamism. In the municipality of Maraú, located in the Southern Coastal Identity Territory of Bahia, Brazil, the characteristic landscape of space exerts a strong influence on the local economy, which has tourism as a motor activity. Thus, this article aims to investigate the relationship between tourism and territory, seeking to identify the impacts of this activity on the socio-economic and environmental reconfiguration of the municipality of Maraú-BA. In order to do so, theories of Territory, general notions and the definition of tourism as a territorial economic value, and of Local Development, were used as a base for the relationship between tourism and development, seeking to understand the results that this duality promotes and the conceptualization that best Describes the activity in the context in focus. We adopted the method of exploratory research and data collection through documentary and field research, semi-structured interviews and action research. The analysis of the collected material considered variables related to the dimensions of infrastructure and urbanization, economy, education and social aspects. The results showed a strong infra-structural precariousness, revealed by the inadequate waste disposal, lack of basic sanitation and difficulties in road access. A relatively low income level was identified in the economic sphere, due to educational failures such as the high number of illiterates of working age and the lack of professional qualification. Social inequality is latent in the municipality, as well as the limitations of supply and access to basic public services. In the environmental sphere, there is concern about the lack of control of land use and the neglect of natives and tourists in relation to the natural resources of the Peninsula, which in turn is part of an Environmental Preservation Area (APA). Finally, it is considered that in the absence of adequate planning, tourism activity can lead to unfavorable transformations in the territory, from changes in behavioral patterns and way of life to impacts on the environment. Given this framework, the need for a sustainable territorial management is evident, so as to direct public investments and actions in order to explain the effects of tourism potential as a tool for local development.

Palavras-chave
Território; Desenvolvimento Local; Turismo.

Keywords
Territory; Local Development; Tourism.

I. Introdução

A abordagem territorial tem dado suporte analítico à consolidação das ações de promoção ao desenvolvimento local, tomando por base o espaço como um ambiente social que congrega relações de poder. Diante dessa complexidade, valores são atribuídos ao território, como no viés econômico em que uma atividade principal dinamiza as demais, inclusive as políticas públicas (Diniz, 2001).

A organização territorial de Maraú, localizado no Território Litoral Sul da Bahia, foi fortemente influenciada pela paisagem que sustenta a atividade turística. Os povoados costeiros de Barra Grande, Saquaíra, Taipu de Fora e de Dentro, Algodões, entre outros, compõem a Península de Maraú, responsável pelo dinamismo econômico e atividades culturais de alto padrão frequentados, principalmente, por turistas nacionais.

Entretanto, o coeficiente de 0.71 no Índice de Gini e o baixo IDHM de 0,593 em 2010 apontam desigualdade. O município é considerado um bolsão de pobreza com renda per capita média de R$ 437,51 em 2010 (Atlas Brasil, 2017) em comparação com a alta arrecadação municipal de R$ 37.726.776,46 em 2013, SETUR (2015). Logo, a problemática do estudo propôs inquirir de que maneira o turismo ordena a territorialidade e desenvolvimento em Maraú-BA?

O objetivo geral procurou investigar as relações entre turismo e território, através da análise da atividade turística e seus impactos sobre a reconfiguração socioeconômica do município, o modo de vida dos moradores e condições ambientais de Maraú-BA. Os específicos buscaram i) apontar as mudanças no município com a evolução do turismo, com foco na economia e nos serviços básicos; e ii) identificar os impactos ambientais do turismo no território, especialmente na Península de Maraú. Ressalta-se que essa pesquisa é resultado de uma investigação finalizada.

II. Fundamentação Teórica

II.1 Território, Concepções e Valores

A incorporação do território ao eixo da Economia Regional foi impulsionada pela mudança global ocorrida após as duas primeiras guerras mundiais, as crises entre elas, seus impactos econômicos e, principalmente, seu desequilíbrio (Diniz, 2001). Essa reconfiguração exigiu um novo olhar, voltado a priorizar o território no planejamento de políticas públicas, segundo Alcoforado (2006). Dado como um termo polissêmico, o território apresenta dinâmicas complexas, diversos atores e vertentes – Tabela 1 (Santos, 1996; Fernandes, 2013; Salem, 2014).

Tabela 1

Dimensões conceituais e teóricas que envolvem a terminologia do território

Teórico	Características
Milton Santos	O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.
Carlos Brandão	O território é uma mera superfície recipiente, de embarque e desembarque de capitais/coisas/pessoas, construir-se-á, graças à proximidade de atores cooperativos, um poderoso consenso, baseado nas relações de confiança mútua comunitária, que sustentaria, ao fim e ao cabo, o processo de avanço e progresso para todos.
Rogério Haesbaert	O território deve ser visto como revelador de parte ou de todas as dimensões: sociais, políticas, culturais, econômicas e, até mesmo, ambientais. É fruto de uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material e imaterial.

Bernard Pecqueur	Diferencia dois tipos. O território dado que é estabelecido por decisão político-administrativa com interesses são o estabelecimento de políticas de desenvolvimento pré-definidas. O outro tipo trabalha sob uma perspectiva político-administrativa de organização do território como sendo o espaço-lugar. Ressaltando-se a cesta de bens como aspecto diferenciador que internaliza as externalidades positivas do território.

Nota. Fonte: Adaptado de "Conceitos de território e lugar na contemporaneidade: a produção nas teses de pós-graduação em geografia de 2001-2011" de M. de O. Fernandes, 2013.

A essa construção conceitual, que valoriza as dimensões material, de identidade e organizacional, incorpora-se o desenvolvimento sustentável e o planejamento, confirmando a importância da governança, das escalas de gestão, principalmente em nível local como fundamento para combater as fragilidades cíclicas da globalização. Por isso, o planejamento territorial tem se tornado cada vez mais participativo, correlacionando as dinâmicas locais e territoriais, o contexto econômico e societário de mudança social (Schneider, 2004; Brandão, 2011; Salem, 2014).

Entretanto, efetivar um prisma escalar de desenvolvimento se pauta em um conjunto de diversos valores produzidos na sociedade: sociológico, político, psicológico, econômico, segundo Lévy (1986). Em muitas situações o valor econômico é simplificado apenas ao valor de uso do território e de troca das coisas, porém a configuração econômica deve ser pautada em um conjunto de atividades que subsidiem a principal, conforme sinaliza o conceito da cesta de bens, desenvolvida por Lancaster (1966) que propõe a geração de renda através da diferenciação territorial.

Independente do setor, o ativo será determinado pela peculiaridade do território como quando a paisagem se destaca e há uma tendência natural de impulsionar a economia para atividades produtivas e serviços relacionados ao turismo. Nesse caso, o turismo se torna um valor para o território e sua cesta de bens estará voltada à urbanização, conservação do patrimônio, melhor qualidade de vida das comunidades receptoras e sustentabilidade (Martins, 2007; Espírito Santo & Macedo, 2014).

II.2 Turismo e Desenvolvimento

Assim como na maioria dos fenômenos socioeconômicos, não há um conceito unidimensional para o turismo. Logo, o turismo se apresenta como uma atividade econômica multidimensional que tem o potencial de desenvolvimento, porém, quando "desenvolvido sem planejamento adequado, pode ocasionar mudanças no território dos lugares onde se insere [...] tanto no ambiente natural, quanto cultural da população receptora e tem um papel na produção e consumo do espaço". Dessa forma, o turismo se torna um "agente estressor" que causa desordem ao local e às relações que nela se constituem (Marins & Molina, 2008, p.1).

Visto sob essa ótica, o turismo passa a servir apenas o crescimento econômico e não ao desenvolvimento sustentável, ocasionando atrasos no progresso local e afetando a qualidade de vida da comunidade. Entretanto, ressalta-se que o turismo, quando devidamente explorado pelo poder público, proporciona muitos outros benefícios, além do quesito emprego, afinal, "o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada" (Furtado, 2002, p. 21).

No Brasil historicamente, o turismo está ligado à paisagem litorânea e confirma a relação direta entre a atividade econômica e desenvolvimento territorial por meio de dois caminhos: o urbanismo e o ordenamento. Se por um lado o urbanismo ficou marcado pelo grande número de construções, infraestrutura e serviços; o ordenamento proporcionou o crescimento urbano, decorrência do êxodo rural. Martins (2007) ressalta o estabelecimento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) como reforço do alinhamento entre o turismo e ordenamento e aponta como tendência uma inflexível convergência na urbanização.

III. Metodologia

Este trabalho é fundamentado em uma pesquisa qualitativa/exploratória realizada no contexto histórico-social no qual se desenvolve o turismo em Maraú, Bahia. A coleta de dados envolveu i) pesquisa bibliográfica e documental através de planos e documentos da política pública de incentivo ao turismo: livros, artigos e publicações governamentais dos Ministério do Turismo e do Meio Ambiente. E a ii) pesquisa de campo por meio de entrevistas que seguiram roteiros semiestruturados e direcionados aos representantes dos atores locais nas dimensões: população, poder público e mercado (4 moradores locais, 2 empresários hoteleiros, a prefeita, a chefe do gabinete e os secretários de Infraestrutura e de Turismo).

Figura 1. Pesquisadoras e representantes da gestão pública do município de Maraú
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 2. Entrevista com morador da comunidade Mangue Verde, Barra Grande.
Fonte: Dados da pesquisa.

As entrevistas foram registradas em gravador, através da função dos *smartphones*, em fotos e vídeos. Vale ressaltar que o critério de escolha dos entrevistados foi a relevância de sua atuação no processo do desenvolvimento turístico local, daí a ne-

cessidade de analisar e comparar as diferentes percepções dos impactos que o turismo gerou ao município de Maraú-BA. Outro procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados foi a iii) observação que tornou possível às pesquisadoras uma análise qualitativa de maior impacto, tendo em vista o aperfeiçoamento da compreensão da realidade dada, seus impactos e a tentativa de corroborar para as melhorias futuras.

IV. Análise e discussão dos dados

IV.1 Caracterização do município de Maraú

O município de Maraú (Figura 3), localizado no litoral do estado da Bahia, em uma área total 848.381 km², situa-se na zona turística da Costa do Dendê, a 251 km ao sul da capital Salvador. Originado em 1705, a partir da descoberta, por frades capuchinhos italianos de uma aldeia indígena conhecida como *Mayra*[3], por meio do Decreto Lei nº 10.724, de 30 de março de 1938, a área foi elevada à categoria de Cidade, cuja nomenclatura oficial tornou-se Maraú (IBGE, 2010).

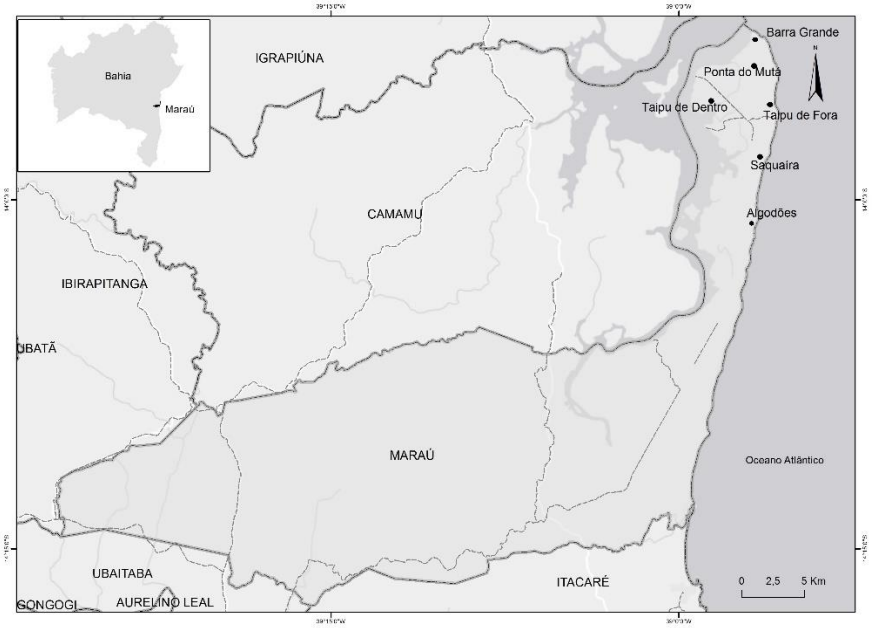

Figura 3. Localização do município de Maraú-BA e principais povoados da Península
Fonte: Dados da pesquisa.

[3] Anos depois, em 1717, foi fundado o distrito de *Mayrahú* que, ainda no mesmo ano, foi elevado à categoria de freguesia, denominada São Sebastião de *Mayrahú*. Mais tarde, em 1761, foi criada a Vila de *Mayrahú*, que perdurou durante aproximadamente dois séculos (IBGE, 2010).

Como levantado pelo IBGE (2010), Maraú conta com dois distritos: Ibiaçú e Piabanha, e, além da sede, abarca dezoito povoados, dentre os quais se destacam os costeiros: Barra Grande, Ponta do Mutá, Saquaíra, Taipu de Fora, Taipu de Dentro e Algodões (Figura 3). O município é constituído por sessenta e seis setores censitários, sendo sete deles urbanos e quarenta e nove rurais. Em 2010, dos 19.101 habitantes, cerca de 15.540 concentravam-se em áreas rurais; sendo prevista uma população de 21.246 habitantes em 2016 (IBGE 2010; IBGE 2016).

A configuração econômica de Maraú teve como pilar a cacauicultura, seguida da emergência das atividades turísticas, após a crise na lavoura cacaueira (Espírito Santo & Macedo, 2014). Ione Faria, chefe de gabinete da prefeitura de Maraú, ressaltou que a agricultura familiar é a atividade que concentra o maior número de trabalhadores, sobressaindo-se a produção de coco, piaçava, dendê, cravo da índia, pupunha, cacau, guaraná, pimenta do reino e pesca (Silva & Souza Filho, 2011).

Entretanto, este panorama vem passando por mudanças, tendo em vista o acentuado crescimento da atividade turística na Península. Ao observar a Tabela 2, nota-se o avanço do setor terciário entre os anos 2010 e 2014, dado que o valor adicionado por parte dos serviços ao PIB do município de Maraú, em 2014, aproximou-se do dobro do seu resultado em 2010. A elevação da atividade terciária decorre, principalmente, do avanço dos serviços turísticos no município.

Tabela 2

Evolução do PIB do município de Maraú, por grandes setores de atividade, entre os anos 2010-2014

Setor de Atividade	2010[a]	2011	2012[b]	2013	2014	Taxa de evolução %
Agropecuária	37.241	37.308	36.781	39.914	47.610	28%
Indústria	5.905	6.582	6.726	7.331	9.602	63%
Serviços	29.355	36.724	43.435	50.000	57.925	97%

Serviços públicos	37.655	42.458	48.215	58.920	63.246	68%
Impostos-subsídios	3.220	3.869	3.816	4.317	4.324	34%
PIB	**113.376**	**126.941**	**138.973**	**160.481**	**182.707**	61%

Nota. Fonte: IBGE (2010), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
[a] Os dados da série revisada (2010 a 2014) têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais. [b] Os dados da série encerrada (1999 a 2012) têm como referência o ano de 2002.

IV.2 Turismo em Maraú

O turismo no município de Maraú é considerado uma atividade econômica de relevância, responsável em grande parte pela arrecadação local. Observa-se que os produtos e serviços derivados do turismo estão fundamentados na beleza natural do lugar, divulgado como Caribe brasileiro. Maraú é um dos quatro maiores destinos da Bahia em questão de turismo, conforme Brasil (2010) cujos atrativos são as belas praias e o estilo de vida tranquilo do local.

A Península de Maraú concentra as demandas turísticas, situada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, com 115 km de extensão de litoral que abrange praias, baías, manguezais, área de restinga, piscinas naturais etc. De modo que, a cesta de bens do município está vinculada ao potencial do Turismo de Sol e Praia e se fortalece pelos atrativos: i) naturais: cachoeiras, praias, rios; ii) aventura: passeios de barco, mergulho e jardineiras; iii) cultural: festas e eventos locais; iv) diferencial: recanto pouco explorado com acesso difícil e serviços de alto padrão (Brasil, 2008).

Em maio de 2017, a Prefeitura Municipal de Maraú em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) lançou a marca turística (Figura 4) para fortalecer a identidade local. De acordo a Prefeitura Municipal de Maraú (2017), a ação contempla as metas do Plano Estratégico de Desenvolvi-

mento e Implementação de Marketing Turístico para construção da imagem e melhor posicionamento do município como destino turístico, eliminando a visão dos povoados desvirtuados do município de Maraú. Portanto, foi criada a marca mãe que se diferencia pelo acento agudo na letra "u" a depender do povoado (Figura 4).

Figura 4. Marca turística da Península de Maraú
Fonte: Recuperado de http://www.marau.ba.gov.br/, Prefeitura Municipal de Maraú, 2017.

IV.2.1 Serviços Básicos

Existe uma clara subdivisão socioeconômica no interior do município de Maraú que, como já mencionado, é retratada na clara dualidade entre o rural e o urbano. Essa circunstância também é determinante no que diz respeito aos aspectos de infraestrutura da localidade em questão. Assim, foram observadas variáveis concernentes ao suprimento de necessidades básicas que assegurem a sobrevivência digna de qualquer indivíduo e o acesso a serviços públicos básicos de qualidade.

O primeiro ponto analisado se trata do mecanismo de abastecimento de água oferecido aos domicílios, o sistema de canalização da rede geral de distribuição. Considerando os 66 setores censitários de Maraú, de acordo com IBGE (2010), 35 de-

les apresentaram privação superior a 80% nesse quesito. Segundo SETUR (2015) apenas 26,87% dos domicílios são atendidos pelo sistema e os demais precisam recorrer a um poço na propriedade, como comprovado durante a visita técnica, a maior incidência em áreas rurais.

A segunda variável investigada, saneamento básico, reflete a existência, ou não, de banheiros e esgotamento sanitário nos domicílios de Maraú. Foi constatado que apenas 7,15% dos domicílios são atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário, por conta disso 41,13% das residências utilizam fossas rudimentares, segundo SETUR (2015). De acordo o líder comunitário, o escoamento do esgoto é um grande problema, pois *"a fossa fica próxima do poço, então a contaminação da água é comum e causa problemas de saúde, infecção intestinal*".

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, observou-se um baixo nível de privação em relação às demais, visto que poucos setores sofrem com a ausência de energia elétrica. O panorama positivo quanto a esta variável se dá pelos últimos esforços governamentais, de âmbito Federal, como o Programa Luz para Todos. Por fim, foi verificada a variável do destino do lixo, um problema exposto com maior frequência por parte dos moradores.

O secretário de Infraestrutura ressaltou que como *"Maraú tá dentro da área de APA, não pode ter aterro sanitário no município. O lixo coletado é depositado no lixão perto da estrada de chão da Península".* Já o líder comunitário destacou que *"em 2014 foi feito o estudo sobre resíduos sólidos com a proposta de um aterro compartilhado entre Itacaré, Camamu e Maraú".*

IV.2.2 Economia

As Atividades Características do Turismo (ACTs) concentradas na Península de Maraú são atividades de alojamento (*resorts*, hotéis, pousadas) e alimentação (ca-

banas de praia, bares e restaurantes). As unidades produtivas são formadas, na sua maioria, por empresas de micro e pequeno porte, totalizando 85 que representam 37,6% dos empreendimentos locais de Maraú (SETUR, 2015). Segundo a chefe do gabinete da prefeitura, "*o turismo move o município... Se concentra na Península de Maraú e é o principal responsável pelos empregos gerados à população, seguido da prefeitura e das atividades de agricultura familiar, extrativismo e pesca"*.

Os empregados pelo turismo atuam em atividades de construção civil, limpeza, garçons, camareira, ajudante de cozinha etc., porém a taxa da informalidade do trabalho predomina no ambiente rural com maior incidência nas temporadas, eventos culturais e festas. Os ocupados por conta própria, acima de 18 anos, representam cerca de 40,7%, seguido dos trabalhadores sem carteira, com 32,7%, e os profissionais em situação de formalidade no emprego totalizam 23% (SETUR, 2015).

Dentre os moradores entrevistados da comunidade de Mangue Verde, região periférica de Barra Grande, o mestre de obras e carpinteiro que estava dirigindo a construção de uma sauna em um hotel com mais 4 ajudantes também moradores locais apontou que *"o pessoal dos hotéis e restaurantes sempre procura meus serviços... É difícil ficar sem serviço"*. Em relação à renda familiar, disse que é suficiente e que a esposa também trabalha em Barra Grande. Outro destaque é que ele pretende passar toda a experiência profissional para o único filho adolescente.

Outra entrevistada foi a recepcionista de um hotel de alto padrão, também moradora de Mangue Verde, de 22 anos com o 2º grau completa que ocupa um cargo de confiança. Quando perguntada sobre o trabalho, demonstrou satisfação: *"gosto de trabalhar aqui, é um bom emprego"*. Em relação aos cursos de qualificação: *"muito difícil ser oferecido e quando tem não posso ir por causa do horário e transporte. O único curso que fiz foi o do hotel de atendimento ao cliente*". Quanto à necessidade de ser fluente em outro idioma, ela respondeu que não há, pois, os clientes do hotel são turistas brasileiros das regiões Sul e Sudeste do país.

IV.2.3 Educação

Partindo para a esfera educacional, os dados fornecidos pelo IBGE (2010) revelam alto número de analfabetos, de acordo com a situação censitária, com predominância no intervalo etário entre 15 e 59 anos, com 2.229 pessoas na área rural e 328, na urbana. Apesar de ser a maior faixa de classificação, o resultado chama a atenção inicialmente por corresponder ao momento esperado para a conclusão do ensino médio e ingresso no nível superior e a busca por empregos. Apenas 16,22% da população jovem entre 18 a 20 anos possui ensino médio, de acordo com dados do IBGE (2010).

Além do comprometimento do desempenho profissional, o analfabetismo acarreta dificuldades quanto às duas possibilidades supramencionadas, sendo um fator limitante à entrada e a continuidade de grande parte dos habitantes – que dependem da educação pública – em universidades e faculdades, bem como o avanço no mercado de trabalho e a garantia de oportunidades melhores e até mesmo um plano de carreira. Vale lembrar que essa é uma carência que afeta diretamente todas as outras, por ser um canal para oportunidades que, a longo prazo, tenderia a atrair novos rumos para o município.

Nas entrevistas foram relatadas queixas por parte dos moradores quanto à escassez de capacitação por parte do munícipio e por descontinuidade do aprendizado por parte dos empreendedores. Ao tempo em que os empresários reclamaram da falta de qualificação tanto para atividades consideradas simples, quanto para funções táticas e institucionais. Segundo a proprietária de uma pousada em Barra Grande: *"a gente tem dificuldade para encontrar funcionários capacitados aqui. Na maioria das vezes, tenho que promover um curso básico ou quando o cargo exige, contratar alguém de fora".*

IV.3 Impactos ambientais

As unidades de conservação representam 58,9% de toda a área do município de Maraú (SETUR, 2015). A Península faz parte da APA (Área de Proteção Ambiental) Baía de Camamu, criada em 2002, com 118.000 ha e que abrange os municípios de Camamu, Maraú e Itacaré, cujo objetivo é preservar o ambiente natural da região (Silva & Souza Filho, 2011). Inclusive, o PDITS da Costa do Dendê incluiu a implementação de 2 programas voltados para o abastecimento de água e esgotamento sanitário de Barra Grande com orçamento de R$ 1.451.088,78 e R$ 1.403.160,57, respectivamente (SETUR, 2015).

Entretanto, apesar dos esforços para a minimização os impactos ambientais, ainda se faz recorrente muitos problemas. Dentre os entrevistados foram destacados alguns impactos negativos recorrentes no meio ambiente e ocupação do território. Segundo o líder comunitário de Barra Grande a atividade pesqueira, que era a principal fonte de renda do povoado, praticamente não é feita desde a consolidação do turismo. Segundo o entrevistado, *"as construções dos hotéis e pousadas fechou a passagem dos alevinos [peixes recém-saídos do ovo] dos rios para o mar e a pesca na região foi acabando"*.

Outro aspecto negativo foi a gentrificação que interfere na qualidade de vida da comunidade receptora e no ordenamento territorial, impactado a paisagem natural. A primeira gentrificação ocorreu devido à supervalorização imobiliária, em que os moradores de Barra Grande venderam os imóveis para dar lugar ao comércio, pousadas e hotéis. Então, esses moradores ocuparam uma região periférica, próximo ao mangue, por isso se chama Mangue Verde (Figura 5), com *"cerca de 50 famílias que ocuparam a área e moram hoje em dia"*, segundo o líder comunitário.

Figura 5. Área de mangue, Mangue Verde
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6. Terreno à venda, Mangue Verde
Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os entrevistados há um consenso ao afirmarem que *"a moradia no Mangue Verde é muito boa, tranquila. Gosto de morar aqui porque é perto de tudo"*, segundo o mestre de obras. Apesar da precariedade dos serviços básicos, o segundo momento da gentrificação começou em Mangue Verde devido à valorização imobiliária e proximidade de Barra Grande. Segundo o Secretário de Infraestrutura, terrenos e casas pequenas (Figura 6) são vendidos por R$ 50.000,00. Inclusive, um dos entrevistados, um jovem autônomo, descreveu o seguinte: *"recebi uma proposta muito boa pela minha casa, aí vendi e construí outra em Taipu de Fora"*.

Outro aspecto se refere ao descarte incorreto dos resíduos sólidos e dejetos. A partir do momento em que o lixo é despejado de forma inadequada, uma série de efeitos encadeados comprometem a saúde dos moradores. O chorume presente na grande quantidade do lixo jogado no lixão, acabam contaminando os lençóis freáticos da Península. As predominantes fossas rudimentares, resultado da ausência de saneamento básico, tornam-se canais para dispersão da poluição, principalmente em dias de chuva, quando o conteúdo dessas fossas se mistura ao lençol freático.

V. Conclusão

O turismo tem dinamizado a economia local e faz parte de uma integração regional inserida no PDITS Costa do Dendê. Nota-se que a cesta de bens (transporte, alojamento, alimentação, passeios e eventos) do município de Maraú, especialmente da Península, tem agregado valor econômico ao território e atraído turistas do Brasil e do mundo que buscam um lugar tranquilo, afastado, com pouca intervenção humana, rico de belezas naturais e paisagem exuberante.

Entretanto, a população local não tem usufruído de tantos benefícios. Muito pelo contrário, os processos de gentrificação alteraram a qualidade de vida das comunidades quanto aos serviços sociais básicos (esgotamento sanitário, abastecimento de água, acesso a saúde etc.), ao modo de vida, à fonte de renda (prestação de serviços e informalidade), além dos impactos ambientais ocasionados pela modificação do ordenamento territorial. As carências relacionadas à infraestrutura como saneamento básico, destinação dos resíduos sólidos, péssimas condições da estrada de chão, também se destacam.

Dados que permitiram revelar que o turismo ordena a territorialidade e desenvolvimento em Maraú, favorecendo os empresários que utilizam sua força econômica para obterem êxito em suas exigências, ressaltado pela consequência negativa entre turismo e impactos ambientais. Dessa forma, ratifica-se a complexidade dos grupos de interesse e relações de poder do território.

Tais lacunas acabam distanciando a concretização do desenvolvimento local com base no turismo sustentável e respectiva cesta de bens. Portanto, o turismo no município de Maraú deve se apoiar em uma reestruturação de valores que envolvam todos os grupos de interesse, consolidação da atividade econômica aliada a um Planejamento Territorial coerente às carências e demandas reais, ou seja, participativo e eficiente.

VI. Bibliografia

Alcoforado, F. (2006). *Globalização e desenvolvimento*. São Paulo: Nobel.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2016). *Atlas cidades: Maraú, BA.* Recuperado em 09 jan. 2017 de http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/marau_ba.

Brandão, C. A. (2011). Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. In: V. R. Dallabrida (Org.), *Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais.* Rio de Janeiro: Garamond.

Brasil. (2008). *Marcos conceituais*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo.

Brasil. (2010). *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*: 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Relatório Brasil. Brasília: Ministério do Turismo.

Diniz, C. C. (2001). *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Universidade Federal de Minas Gerais (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional).

Espírito Santo, L. E. V., & Macedo, J. R. (2014). Patrimônio cultural e turismo no município de Maraú – Bahia: construções de um destino indutor. *Turismo: Visão e Ação*, 16(2), 294-318.

Fernandes, M. de O. (2013). *Conceitos de território e lugar na contemporaneidade: a produção nas teses de pós-graduação em geografia de 2001-2011*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Furtado, C. (2002). *Em Busca de um Novo Modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Censo 2010: Cidades*. Recuperado em 26 dez. 2016 de http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292070.

Lancaster, K. J. (1966). *A new approach to consumer theory*. Journal of Political Economy, 74, pp. 132-57.

Lévy, J. (1986). *Centre-ville: toutes directions*. Espaces Temps (33), pp. 50- 58.

Martins, L. S. (2007). *Território, ordenamento e turismo – entre os excessos da construção e os valores da conservação*. Inforgeo, pp. 99-103.

Martins, J. S. & Molina, S. M. G. (2008). *Turismo e a emergência de novas territorialidades: o caso de Itaúnas-ES.*

Prefeitura Municipal de Maraú. (2017) *Maraú:* rumo ao progresso. Recuperado em 10 jun. 2017, de http://www.marau.ba.gov.br/.

Salem, E. (2014). Planification Territoriale et Développement Durable : quelles avenues pour la ville de sept-îles? Maîtrise em environnement. Université de Sherbrooke.

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

Schneider, S. (2004). A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

Secretaria do Turismo. (2015). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável* (PDITS): Costa do Dendê. Governo da Bahia.

Silva, I. R.; Souza Filho, J. R. (2011). *Sensibilidade ambiental de praias: um exemplo de análise para a península de Maraú, sul do estado da Bahia, Brasil.* Pesquisas em Geociências, pp. 147-157.